

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA A GESTÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CACHOEIRA DO APA EM PORTO MURTINHO - MS

Orlando Marcos Santos Veroneze*, Andressa Freire dos Santos, Joelson Gonçalves Pereira

* Universidade Federal da Grande Dourados, marcos.veroneze@yahoo.com

RESUMO

As unidades de conservação constituem-se em mecanismo viável e adequado de preservação dos recursos ambientais. Dentro da categoria de proteção integral encontram-se os parques que são de fundamental importância para a proteção e conservação da biodiversidade da fauna e flora. Neste sentido, o presente trabalho visou elaborar um diagnóstico ambiental estratégico para a gestão do Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa. Utilizou-se como instrumento metodológico, a pesquisa de campo e a análise SWOT, que consistiu na realização da listagem dos pontos fortes e pontos fracos do parque aliada à técnica de observação dos aspectos mais relevantes do estudo em questão. Com a análise SWOT foram levantados dez elementos determinantes como fortalezas e fraquezas do parque e cinco elementos considerados como oportunidades e ameaças. Dentre as principais fortalezas identificadas, destacaram-se os recursos hídricos, a diversidade da flora e a conservação ambiental. Notou-se que a falta do plano de manejo, era a maior debilidade presente no parque, resultando em vários outros fatores prejudiciais à área.

PALAVRAS-CHAVE: Análise SWOT, unidades de conservação, gestão ambiental

INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana, a proteção de áreas naturais se mostrou uma prática presente na cultura de diversos povos. Os objetivos eram preservar espécies de plantas para uso medicinal e de animais para caça, manter áreas separadas para a realeza ou assegurar recursos naturais para uso imediato e futuro, entre outros.

Hoje, as áreas protegidas, consistem em uma ferramenta de proteção dos sistemas ecológicos, da biodiversidade e da qualidade de vida. A maioria dos países vem estabelecendo medidas legais para proteger e impor regras ao uso da terra. Com isso, as áreas de proteção já abrangem cerca de 12% da superfície terrestre (IMASUL, 2012).

O Brasil é um dos países com a maior biodiversidade do planeta, a legislação ambiental brasileira é a ferramenta de defesa desta riqueza e vem sendo aprimorada desde sua primeira investida em 1981, quando instituiu-se as Áreas de Proteção Ambiental. O maior marco ocorreu quase vinte anos mais tarde, com a criação do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu os critérios e as normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação (IMASUL, 2012)

As unidades de conservação constituem-se em mecanismo viável e adequado de preservação dos recursos ambientais no sentido de contribuir, como instrumento da política ambiental em âmbitos federal, estadual e municipal, para a consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável (CABRAL, 2005, p.11).

Conforme o Sistema Nacional de Unidades Conservação (2000), uma Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, onde se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC (2000) define e regulamenta as categorias de unidades de conservação nas instâncias federal, estadual e municipal, separando-as em dois grupos: de proteção integral, com a conservação da biodiversidade como principal objetivo, sendo possível apenas o uso indireto dos recursos e áreas de uso sustentável, que permitem a utilização dos recursos naturais de forma direta, levando em conta a proteção da biodiversidade.

Dentro da categoria de proteção integral se encontram os parques nacionais, que tem como objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Essas áreas são de fundamental importância para a proteção e conservação da biodiversidade de fauna e flora, inclusive para a preservação de espécies endêmicas, ou seja, espécies que não possuem a capacidade de se desenvolver em outras regiões, podendo ser extintas, o que implica segundo FELFILI et al. (1994) em perda de muitas espécies valiosas ainda não devidamente investigadas, sendo essa perda irreversível, uma vez que uma espécie extinta poderia fornecer matéria prima de grande valor econômico no futuro ou ter importante papel na manutenção do equilíbrio do ecossistema.

Além disso, os parques são locais privilegiados para o estudo e investigação da natureza e da ecologia, atraindo pesquisadores e especialistas que terão nos parques naturais as melhores possibilidades de ligação do ensino com a prática em campo, entretanto, existem desafios na sua manutenção, sobretudo, em relação a deficiência dos instrumentos de gestão e das condições necessárias para uma conservação efetiva da área.

Neste sentido, o presente trabalho visou elaborar um diagnóstico ambiental para a gestão do Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa (PNMCA), utilizando a metodologia SWOT como ferramenta para o diagnóstico estratégico da Unidade de Conservação (UC).

MATERIAL E MÉTODOS

O Parque Natural Municipal Cachoeira do rio APA está localizado há 80 km do município de Porto Murтинho, Mato Grosso do Sul. O parque possui uma área de 40 há e contempla o Rio Apa que faz divisa com o Paraguai.

Como instrumento metodológico, utilizou-se a pesquisa de campo para obtenção de dados mais precisos e específicos sobre o objeto da pesquisa, aliada à técnica de observação dos aspectos mais relevantes do estudo em questão.

Para a análise do ambiente, foi utilizada a metodologia SWOT/FOFA (Strengths/Fortalezas, Weaknesses/Fraquezas, Opportunities/Oportunidades, Threats/Ameaças) que é uma ferramenta utilizada para fazer a análise de um cenário ou de algum ambiente, identificando as fraquezas e fortalezas como fatores internos e as oportunidades e ameaças como fatores externos, proporcionando deste modo, a base para o planejamento estratégico.

Na UC de Porto Murтинho, a matriz SWOT foi distribuída a 30 acadêmicos do curso de Gestão Ambiental que participaram da visita técnica, que ficaram responsáveis por fazerem um check-list das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças para a realização do diagnóstico estratégico.

Posteriormente os dados foram submetidos a análise ponderada em uma oficina, onde realizou-se o cruzamento entre as diferentes variáveis para determinar o efeito de umas sobre as outras. Para isso atribuiu-se pesos as condicionantes que variavam de 0 a 3 conforme sua influência ou grau de gravidade, sendo 0 (nenhuma influência), 1 (pouca), 2 (média) e 3 (alta). Esse cruzamento resultou na identificação das condicionantes que mais influenciam tanto negativamente como positivamente o parque.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise SWOT foram levantados dez elementos determinantes como fortalezas e fraquezas do parque e cinco elementos considerados como oportunidades e ameaças.

FORTALEZAS

As fortalezas são os pontos fortes do Parque Natural Municipal Cachoeira do Rio APA e são entendidas como elementos internos e favoráveis a unidade. As condicionantes referentes às fortalezas e seu respectivo grau de importância para o parque é apresentada na figura 1.

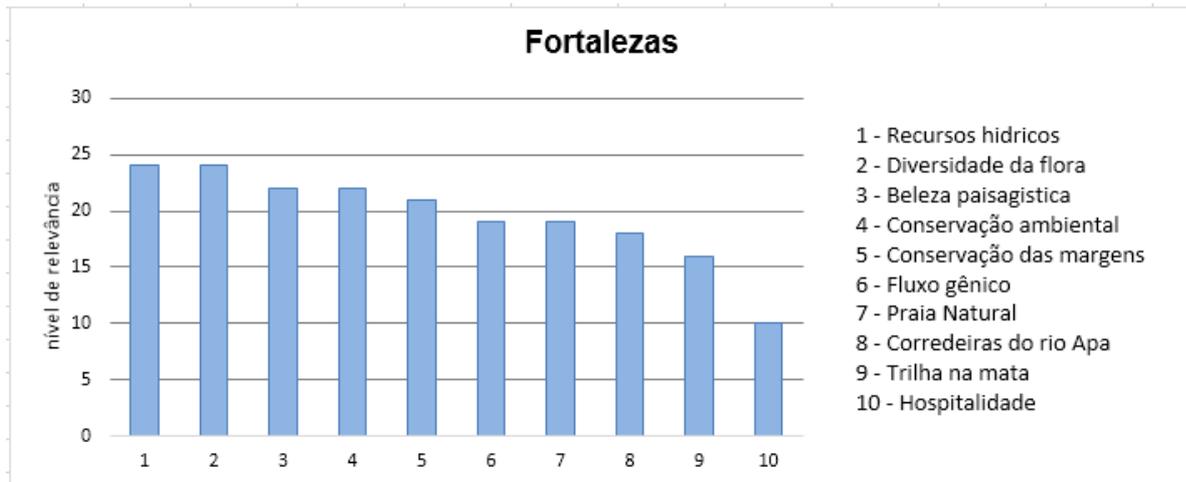


Figura 1: Fortalezas obtidas através da matriz SWOT do PNM Cachoeira do Rio Apa

Dentre as principais fortalezas identificadas na unidade de conservação, destacam-se os recursos hídricos, a diversidade da flora e a conservação ambiental.

Em relação aos recursos hídricos, ressalta-se a grande quantidade de corpos d'água presente na região, que são na maioria cristalinos por causa da formação geológica da região. Também apresentam como característica os rios temporários, que desaparecem no período da estiagem e ressurgem no período das chuvas, com toda a diversidade adjacente.

A diversidade da flora foi o segundo fator de destaque entre as potencialidades do parque. Destaca-se a constituição da região pelo bioma cerrado, o segundo maior em termos de vegetação do Brasil, tendo como características arbustos de folhas largas e troncos tortuosos, atributos que tornam o cerrado como o bioma mais adaptado às mudanças de ordem natural e antrópica, apropriadas para as condições ambientais do local.

Outro fator de destaque é a conservação ambiental que geralmente responde à necessidade de proteger as áreas com um ecossistema natural considerado relevante, e que se encontra ameaçado pelas ações antrópicas. O Parque Natural Municipal Cachoeira do Rio APA desempenha exatamente esta função, ou seja, garantir a proteção e preservação da diversidade local da ação antrópica.

FRAQUEZAS

As fraquezas são os pontos fracos do Parque Natural Municipal Cachoeira do Rio APA e são entendidas como elementos internos e desfavoráveis à unidade. As condicionantes referentes às fraquezas, assim como seu respectivo grau de importância é apresentada na figura 2.

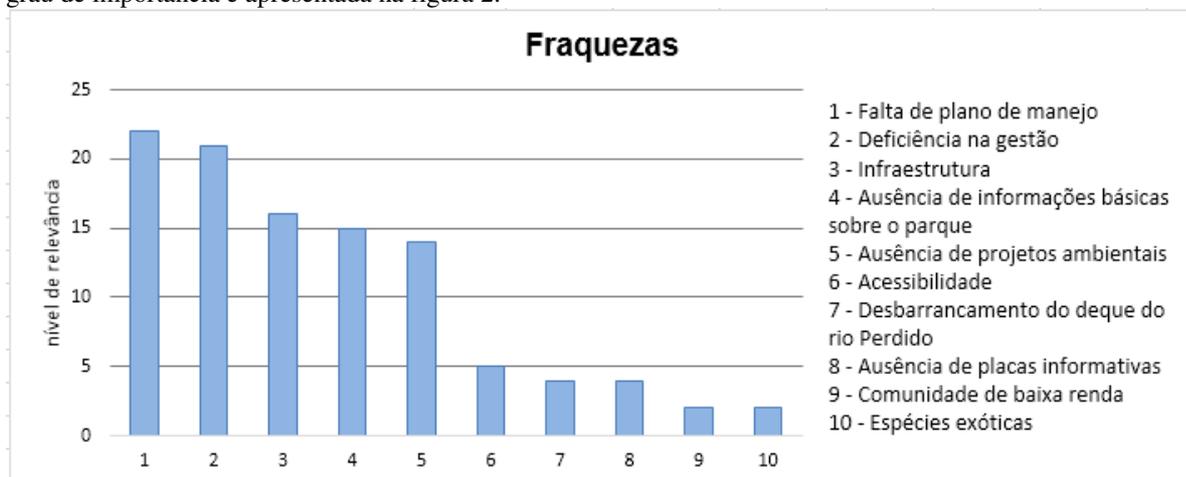


Figura 2: Fraquezas obtidas através da matriz SWOT do PNM Cachoeira do Rio Apa

Dentre as fraquezas apresentadas, as principais foram, a falta de um plano de manejo, a deficiência na gestão e a falta de infraestrutura.

A falta de um plano de manejo foi apontado como o fator mais relevante em relação as debilidades, pois é um documento técnico importante para subsidiar a gestão do parque mediante o qual, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (SNUC, 2000).

Esse instrumento impõe regras a serem seguidas quanto ao uso das unidades de conservação, e cada unidade formula este conforme suas necessidades e objetivos. A falta de um plano de manejo foi um dos fatores mais considerados da análise por que afeta diretamente todas as outras fraquezas levantadas, por ter forte ligação com as demais.

O segundo aspecto de maior relevância é a deficiência na gestão que está relacionada diretamente a falta de um plano de manejo que indicaria as estratégias a serem seguidas na gestão do parque. Entretanto, um outro problema da deficiência na gestão é a falta de profissionais habilitados e o número insuficiente dos mesmos para a efetivação de planos, normas e gerenciamento das questões ambientais, deixando o parque à mercê da qualidade de seus serviços.

O terceiro aspecto está relacionado a falta de Infraestrutura do parque, que possui uma enorme deficiência quanto a este aspecto, pois não dispõe de trilhas monitoradas, nem de nenhuma infraestrutura para atender as necessidades básicas e oferecer assistência aos visitantes, o que pode gerar um desinteresse para a sua visitação.

OPORTUNIDADES

Das oportunidades levantadas na matriz SWOT, foram selecionadas as que melhor contribuem para mitigar ou eliminar as fraquezas e as que podem potencializar e influenciar de forma positiva a preservação do parque e do seu entorno, trazendo benefícios para a região. Deste modo, destacam-se cinco oportunidades:

Ecoturismo - O parque tem um grande potencial turístico devido a sua biodiversidade e beleza paisagística.

Parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa - A formalização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a elaboração do plano de manejo do parque, bem como, para a visitação e realização de pesquisas e atividades de educação ambiental com acadêmicos.

Legislação Ambiental - Através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que tem como objetivos contribuir para a manutenção, preservação e restauração da diversidade de ecossistemas, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental e valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica. A legislação garante uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários, para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos. A legislação também garante a restrição do uso e ocupação desses locais, permitindo sua conservação e a efetiva manutenção de seus serviços ambientais.

Incentivos Fiscais - Se mostra como uma medida que pode servir como baliza indutora de comportamentos voltados à conservação dos recursos naturais, como por exemplo, o ICMS ecológico e o incentivo para que produtores rurais preservem suas APP's e reserva legal através da isenção do ITR (Imposto Territorial Rural).

ICMS Ecológico - Pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, pois compensa o município pelas áreas protegidas já existentes e também incentiva a criação de novas áreas, já que considera o percentual que os municípios possuem de áreas protegidas para o repasse de recursos maiores.

AMEAÇAS

As ameaças, assim como as oportunidades, são os fatores ou circunstâncias provenientes do exterior e têm como principal característica a eventualidade de prejudicar o parque, refletindo em impactos negativos ao meio ambiente. Dentre os fatores que podem ser destacados como ameaças são:

Avanço da pecuária sobre áreas verdes - evidencia o risco que a expansão da pecuária representa para o parque e para o cerrado pelo desmatamento, o que vem contribuindo para a intensificação da erosão e à formação de processos de ravinamento, sobretudo próximos aos cursos d'água.

Marketing ambiental do município vizinho – O município de Bonito é referência em turismo sustentável no estado, por causa de suas grutas, cachoeiras, boa infraestrutura e uma política consistente de preservação do meio ambiente, que acaba direcionando a atenção dos turistas para o município.

Pesca ilegal - Porto Murinho recebe muitos turistas durante o ano. A pesca não declarada e não regulamentada acaba ocorrendo em áreas de preservação ambiental e também durante o período de piracema, que acaba por afetar a comunidade aquática local.

Ações antrópicas (queimadas e desmatamento) - A extração da madeira para a fabricação do carvão ocorre a partir da exploração dos recursos florestais nativos. Considerando o estoque limitado desses recursos florestais de cerrado, essa atividade não dispõe de condições para sustentar-se ao longo do tempo. Outro fator são as queimadas aplicadas em pastagens, que para o produtor rural é uma alternativa atraente para renovar as pastagens, entretanto a longo prazo acaba por destruir totalmente a pastagem, isso sem levar em conta os danos ambientais, como poluição do ar e aumento do efeito estufa.

Fronteira com o Paraguai - O tráfico de drogas e de armas na fronteira constituem-se numa ameaça, pois alguns trabalhadores rurais para obtenção de renda são atraídos para estas atividades ilegais, fato que pode contribuir para a diminuição de mão de obra na região.

CONCLUSÃO

Com os resultados apresentados, torna-se evidente que a falta do plano de manejo é o principal motivo para a má gestão da área, uma vez que o plano impõe regras que devem ser seguidas, seja para o uso da área, para o manejo dos recursos naturais, ou mesmo para a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, porém outras ações se mostram necessárias para a eficácia na sua gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
2. CABRAL, Nájila R. A. J.; SOUZA, Marcelo P. Área de proteção Ambiental: Planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2 ed. São Carlos: Rima, 2005.
3. FELFILI, J. M. et al. Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado: vegetação e solos. In: Cadernos de Geociências, Rio de Janeiro, v. 12, p. 75-165, 1994.
4. IMASUL. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. As Unidades de Conservação, 2012. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/Ucs/index.php>>. Acesso em 04 maio 2012.